



ECB Holding S.A.

CNPJ nº 13.203.297/0001-34

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31/12/24 e 31/12/23

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas: cumprindo as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultados do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Resultados Abrangentes, do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas, encerrados em 31/12/24. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Ativo	Balanços patrimoniais		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	31/12/23
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	11 (a)	6.309	13.532	499.510	1.032.295	
Aplicações financeiras	11 (b)	-	-	306.637	-	
Contas a receber de clientes	12	42	274	422.882	462.769	
Estoques	13	-	-	426.523	295.873	
Impostos a recuperar	14 (a)	1.398	2.865	455.162	312.635	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14 (b)	491	-	47.146	81.820	
Adiantamentos a fornecedores	10 (h)	-	1	89.814	32.788	
Instrumentos financeiros derivativos	20 (b)	-	-	57.252	45.020	
Aplicações financeiras vinculadas	20 (b)	-	-	107.386	27.087	
Dividendos e JSCP a receber		44.053	-	-	-	
Outras contas a receber		162	114	128.795	125.104	
		52.456	16.786	2.541.107	2.415.391	
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	20 (b)	-	-	15.153	16.001	
Outras contas a receber	4	9	5.085	12.886	12.886	
Impostos a recuperar	14 (a)	-	-	114.297	85.309	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14 (b)	-	-	-	-	
Impostos diferidos	23	-	-	67.607	118	
		4	9	202.142	114.314	
Investimentos	16	707.026	347.789	1.350	1.349	
Propriedades para investimento	17	-	-	26.625	23.919	
Imobilizado	18	2.382	1.464	589.984	508.504	
Intangível	19	688	857	86.029	80.198	
		710.095	350.110	703.988	613.970	
Total de ativo		762.555	366.905	3.447.237	3.143.675	

Passivo e patrimônio líquido	Balanços patrimoniais		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	31/12/23
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	-	-	457.738	968.016	
Fornecedores	21	80	44	1.280.298	986.161	
Obrigações trabalhistas		236	161	36.691	14.125	
Obrigações tributárias		2.170	31	28.049	20.569	
IR e CS a recolher		-	-	2.943	3.830	
Adiantamentos de clientes		-	-	12.099	32.328	
Instrumentos financeiros derivativos	10 (h)	-	-	62.223	60.077	
Passivos de arrendamento		-	-	13.957	12.576	
Mensalidade antecipada		-	-	15.668	8.406	
Contas a pagar pela aquisição de controladas		-	-	5.847	4.572	
Outras contas a pagar		2	2	160.250	100.038	
Dividendos a pagar		7.451	-	7.451	-	
		9.937	238	2.083.214	2.210.698	
Não circulante						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	-	-	576.449	506.232	
Outras contas a pagar		416	414	8.717	4.366	
Passivos de arrendamento		-	-	13.913	26.615	
Impostos diferidos passivo	23	72	51	4.840	17.722	
Contas a pagar pela aquisição de controladas		-	-	3.788	8.132	
Provisões para contingências	22	-	-	4.186	3.704	
		488	465	611.893	566.771	
Total do passivo		10.425	703	2.695.107	2.777.469	
Patrimônio líquido						
Capital social	24	127.020	127.020	127.020	127.020	
Reservas de lucros		623.727	258.048	623.727	258.048	
Ajustes acumulados de conversão		26.447	(9.052)	26.447	(9.052)	
Ajuste de avaliação patrimonial		(25.065)	(9.814)	(25.065)	(9.814)	
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		752.130	366.202	752.130	366.202	
Participação de não controladores		-	-	-	4	
Total do patrimônio líquido		752.130	366.202	752.130	366.206	
Total do passivo e patrimônio líquido		762.555	366.905	3.447.237	3.143.675	

Demonstrações do resultado	Controladora		Consolidado		
	Nota	2024	2023	2024	2023
Receita líquida de vendas	25	-	-	7.347.151	7.203.412
Custo dos produtos, mercadorias vendidas e serviços prestados		-	-	(6.189.414)	(6.609.606)
Lucro bruto		-	-	1.157.737	593.806
Despesas com vendas	26	-	-	(245.772)	(220.850)
Despesas gerais e administrativas	26	(6.036)	(2.672)	(257.603)	(181.293)
Outras receitas e despesas, líquidas	26	(728)	1.990	(32.862)	70.090
Resultado de equivalência patrimonial	16	474.421	12.072	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		467.657	11.390	621.500	261.753
Despesas financeiras	28	(84)	(3.419)	(364.753)	(507.634)
Receitas financeiras	28	1.019	479	215.868	239.421
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros derivativos, líquidos	28	-	-	(72.962)	33.822
Lucro antes do IR e da CS		468.592	8.450	399.653	27.362
IR e CS - corrente	23	-	-	(4.179)	(4.250)
IR e CS - diferido	23	(21)	(21)	73.093	(14.684)
Lucro líquido do exercício		468.571	8.429	468.567	8.428
Result. atribuído aos acionistas controladores				468.571	8.428
Result. atribuído aos acionistas não controladores				(4)	(1)
Lucro básico e diluído por lote de mil ações 24 (d)		3,69	0,07	3,69	0,07
Demonstrações do resultado abrangente					
Lucro líquido do exercício		468.571	8.429	468.567	8.428
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		(15.251)	(2.944)	(15.251)	(2.944)
Hedge accounting de fluxo de caixa	10	-	-	(21.342)	(4.461)
IRPJ e CSLL hedge accounting de fluxo de caixa	10	-	-	7.256	1.517
Reflexo ORA Controladas		(15.251)	(2.944)	(1.165)	-
Ajustes acumulados de conversão		35.499	(5.502)	35.499	(5.502)
Resultado abrangente do exercício		488.819	(17)	488.815	(18)
Resultado atribuído aos acionistas controladores				488.819	(17)
Resultado atribuído aos acionistas não controladores				(4)	(1)
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto					
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do IR e da CS		468.592	8.450	399.652	27.362
Ajustes para reconciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		594	416	34.454	31.642
Perda (ganho) na venda de imobilizado		-	(18)	3.071	(572)
Resultado da equivalência patrimonial		(474.421)	(12.072)	-	-
Perda (ganho) com instrumentos financeiros derivativos, líquida		-	-	(2.445)	16.078
Perda (ganho) com instrumentos financeiros derivativos - swap de taxa de juros		-	-	(42.182)	12.580
Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes		-	-	1.237	1.621
Provisão para obsolescência de estoque		-	-	(659)	441
Ajuste a valor realizável líquido de estoques		-	-	19.218	(13.634)
Prov. p/perdas esperadas com adiantamentos		-	-	25.338	-
Provisão para contingências		-	-	461	506
Ajuste a valor justo de propriedades de invest.		-	-	(2.706)	2.375
Variáveis monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	139.860	181.242
Juros sobre passivo de arrendamento		-	-	9.024	8.206
Receita com subvenções CBIOS		-	-	(77.011)	(88.338)
Recuperação de créditos extemporâneos		-	-	-	(24.813)
Atualização de fornecedores a fixar		-	-	6.925	(23)
		(5.235)	(3.224)	514.037	154.673
Variáveis nos ativos e passivos					
Redução (Aumento) nas contas a receber		232	140	38.603	(167.844)
Redução (Aumento) nos estoques		-	-	(71.998)	265.169
Redução (Aumento) de tributos a recuperar		976	(2.724)	(141.117)	325.594
Redução (Aumento) de outros ativos		3.347	321	(163.819)	35.775
(Redução) Aumento de fornecedores		36	(91)	287.212	(153.834)
(Redução) Aumento de outros passivos		2.139	(29)	9.405	22.172
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		1.569	(5.631)	547.707	569.127
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures pagos		-	-	(176.121)	(174.325)
Dividendos e juros de capital próprio recebidos		-	73.556	-	-
Juros sobre passivo de arrendamento pagos		-	-	(5.321)	(3.045)
IR e CS pagos		-	-	(5.525)	(3.830)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		1.569	67.925	360.739	387.927
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras		-	-	(306.637)	-
Aquisição de investimento em controlada, líquido do caixa adquirido no consolidado		-	-	(5.174)	(15.298)
Aquisição de investimento em não controlada		-	-	(1.050)	(1.050)
Adto. futuro aumento de capital em controlada		-	-	(6.050)	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(1.342)	(557)	(92.335)	(57.118)
Baixas de bens do ativo imobilizado e intangível		-	-	9.405	22.172
Valor recebido na venda de imobilizado e propriedade para investimento		-	50	6.200	11.600
Subvenção governamental recebida relacionada a ativo imobilizado		-	-	4.000	-
Aporte de capital em controlada		(2.410)	-	-	-
Dividendos e JSCP recebidos		90.401	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento		86.649	(7.607)	(393.946)	(61.866)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Amortização de empréstimos		-	-	(1.030.021)	(1.021.802)
Ingressos de empréstimos e debêntures		-	-	620.255	1.179.507
Ingressos de passivos de arrendamento		-	-	-	157
Amortização de passivos de arrendamento		-	-	(16.333)	(16.301)
Pagto. de dividendos e juros s/o capital próprio		(95.441)	(51.000)	(92.052)	(51.000)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(95.441)	(51.000)	(518.151)	90.561
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(7.223)	9.318	(515.357)	416.622
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		13.532	4.213	1.032.295	620.338
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		-	-	18.572	(4.666)
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		6.309	13.531	499.510	1.032.294

Saldo em 31/12/22	Reserva de lucros		Ajustes acumulados de conversão	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal						
127.020	15.550	299.830	(6.494)	(2.344)	(117.760)	415.802	8.429	415.803
-	-	-	-	-	8.429	8.429	(1)	8.428
-	421	-	-	-	(421)	-	-	-
-	-	-	-	-	(2.002)	(2.002)	-	(2.002)
-	-	-	(5.502)	-	(5.502)	-	-	(5.502)
-	-	-	-	2.943	2.943	-	-	2.943
-	-	-	-	-	(45.998)	-	-	(45.998)
-	-	-	-	-	(7.470)	-	-	(7.470)
-	-	-	-	-	-	-	-	4
-	-	-	-	-	-	-	-	4
127.020	15.971	252.368	(11.996)	599	(17.760)	366.202	4	366.206
-	-	-	-	-	8.429	8.429	(4)	4.000
-	9.433	-	-	-	(9.433)	-	-	-
-	-	-	-	-	(80.300)	(80.300)	-	(80.300)
-	-	-						

→ continuação

receita ou despesa financeira dependendo do resultado obtido. **b. Custo amortizado:** São incluídos nesta categoria os passivos financeiros e ativos financeiros de dívida simples, cujo objetivo é de recolher apenas fluxos de caixa contratuais. São atualizados pelo método de juros efetivos, reconhecendo as receitas ou despesas de juros no resultado, ao longo do período pertinente com base na taxa de juros efetiva. **8.4.2 Reconhecimento, mensuração, desreconhecimento e compensação:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são reconhecidos inicialmente pelo preço de transação, sendo normalmente o valor justo do instrumento financeiro. Se determinar que o valor justo no reconhecimento inicial se difere do preço da transação, e for comprovado por preço cotado em mercado ativo ou passivo idêntico (Nível 1) a entidade deve reconhecer a diferença entre valor justo inicial e o preço da transação como ganho ou perda. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, substancialmente, todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro. O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é reatada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os ativos e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado são contabilizados usando o método da taxa de juros efetivos, amortizando quaisquer taxas incluídas no cálculo da taxa de juros efetiva ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Os investimentos em instrumentos patrimoniais e contratos relativos a esses instrumentos devem ser reconhecidos pelo valor justo. Contudo, em circunstâncias limitadas, o custo pode ser uma estimativa apropriada do valor justo, caso não haja informações suficientes mais recentes disponíveis para mensurar o valor justo. O valor justo dos investimentos com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo, o valor justo é estabelecido por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a comparação com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções. **8.4.3 Impairment de ativos financeiros:** O objetivo dos requisitos de redução do valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas. O Grupo mensura a provisão para perdas de instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. **8.4.4 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente no resultado do exercício, na rubrica "(Perdas)/Ganhos com instrumentos financeiros derivativos, líquidos". A Controlada Be8 está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades da Controlada Be8. A moeda funcional do Grupo é principalmente o Real. As moedas nas quais as transações do Grupo são primariamente denominadas são: Real, Dólar Americano (USD), Guaraní (Paraguai) e Franco Suíço (CHF). **8.4.5 Derivativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** A política de gestão de risco da Controlada Be8 é fazer *hedging* de sua exposição esperada em moeda estrangeira com relação a vendas e compras previstas no curso normal do negócio. A Controlada Be8 utiliza contratos futuros e swaps para proteger seu risco cambial. Tais contratos são geralmente designados como *hedges* de fluxo de caixa. Relacionado aos *hedges* do complexo Soja (soja, farelo, óleo e seus derivados), a Controlada Be8 designa integralmente o contrato de câmbio a termo como instrumento de *hedge*. Por fim, o *hedge* de empréstimos na modalidade 4131, o Grupo designa integralmente os contratos de swaps como instrumento de *hedge*. A política determina que as condições críticas dos contratos de câmbio a termo sejam consistentes com o item objeto de *hedge*. O Grupo determina a existência de uma relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa. O Grupo avalia se há a expectativa de que o derivativo designado em cada relação de *hedge* compense mudanças e se foi eficaz na compensação de mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* utilizando o método de variabilidade reduzida. Nessas relações de *hedge*, as principais fontes de ineficiência são: efeito do próprio risco de crédito do Grupo e das contrapartes sobre o valor justo dos contratos de câmbio a termo e swaps, o que não é refletido na mudança no valor justo dos fluxos de caixa objeto de *hedge* atribuíveis à mudança nas taxas de câmbio; e - mudanças no momento de realização das operações objeto de *hedge*. **8.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo preço de transação, e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para *impairment*, se necessária. A provisão para *impairment* é estabelecida quando existe uma evidência significativa de que não será possível receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originários das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas esperadas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. **8.6 Estoques:** Os estoques são mensurados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Os custos dos estoques são determinados pelo método de avaliação de estoques "custo médio ponderado". O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matéria-prima, mão de obra direta, outros custos diretos e os respectivos custos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado. O estoque de grãos adquiridos na modalidade "a fixar", por não haver um preço definido no momento da transação, este é reconhecido a valor de mercado no período de aquisição. **8.7 Ativos intangíveis:** **c. *Ágio* (goodwill):** é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O *ágio* é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O *ágio* é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre *ágio* não são revertidas. O *ágio* é alocado à Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o *ágio* se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. **d. Programas de computador (softwares):** Licenças adquiridas de programas de computador (*softwares*) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, estimadas em aproximadamente quinze anos. **8.8 Imobilizado:** Os bens do imobilizado são registrados ao custo ou custo atribuído e depreciados pelo método linear ao longo da vida útil econômica dos bens. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para uso pretendido. Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para *impairment* de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. O Grupo não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos. As vidas úteis dos ativos imobilizados do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 18. **8.9 Propriedades para investimentos:** As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento. **8.10 Impairment de ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto propriedades para investimento, estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do *ágio*, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O *ágio* de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer *ágio* alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao *ágio* não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **8.11 Contas a pagar: e. Fornecedores:** Os saldos de fornecedores estão classificados em duas modalidades, demonstradas a seguir: **Preço fixo:** obrigação junto aos fornecedores, demonstrados ao valor original de contratação, de acordo com os documentos fiscais remetidos pelos mesmos; **Preço a fixar:** obrigação junto aos fornecedores, em sua maioria cooperativas e produtores rurais, que realizaram a entrega dos produtos à Controlada Be8, contudo não definiriam preço final. O preço definitivo será acordado entre as partes dentro do prazo limite do contrato, que normalmente se dá dentro do próprio ano corrente. Os saldos de fornecedores a fixar estão demonstrados pelos valores originais e ajustados a valor de mercado, mensalmente. **8.12 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos dos empréstimos são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência. **8.13 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for líquido e certo que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado

com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando há uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **8.14 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (a) ativos contingentes com êxitos prováveis, ou seja, quando for provável a entrada de benefícios econômicos, são apenas divulgados em nota explicativa; (b) passivos contingentes são provisionados na medida em que o Grupo espera ser provável o desembolso de fluxos de caixa. Processos tributários, trabalhistas e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (c) obrigações legais são registradas como exigíveis. **8.15 Tributos sobre o lucro:** A despesa com IR e CS representa a soma dos impostos correntes e diferidos e são lançados na demonstração do resultado do exercício, exceto quando estão relacionados à combinação de negócios ou a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. **8.15.1 Impostos correntes:** A despesa com IR e CS está baseada no lucro tributável do exercício à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 anuais para IR e 9% sobre o lucro tributável para CS. São consideradas as compensações de prejuízos fiscais e base negativa de CS de anos anteriores, limitada a 30% do lucro real. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **8.15.2 Impostos diferidos:** O IR e CS diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos são reconhecidos apenas quando for provável que o Grupo apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **8.16 Reconhecimento de receita:** As orientações trazidas pela norma CPC 47 - "Receitas de Contratos com Clientes" requerem que as receitas sejam reconhecidas quando atenderem aos seguintes critérios: (a) o valor da receita puder ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos em cada uma das vendas realizadas, bem como a confirmação do crédito para a realização da transação e a transferência do controle do bem ou serviço for atendida. O Grupo reconhece a receita quando atinge sua obrigação de performance ao fornecer o produto ao cliente, em determinado momento no tempo, transferindo-lhe o controle sobre o mesmo, que ocorre geralmente quando da entrega física dos bens ou execução do serviço. No mercado interno, a receita é reconhecida por ocasião da remessa, ou entrega dos produtos, e para as vendas ao mercado externo, é reconhecida pelo efetivo embarque dos produtos. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Abaixo destacamos os principais grupos de receita do Grupo. **f. Venda de produtos:** Comércio da produção própria de biocombustível, glicerina, óleos básicos vegetais, farelo de soja e outros produtos do processo produtivo. A receita ocorre no momento da retirada do produto na indústria quando este é de responsabilidade do cliente final, ou no momento da entrega quando é de responsabilidade da Controlada Be8 entregar, satisfazendo a obrigação de performance requerida de acordo com os critérios contábeis e normas vigentes. **g. Revenda de mercadorias:** A receita da revenda de mercadorias é reconhecida conforme as remessas ocorrem, visto que os produtos são comprados para comercialização e imediatamente revendidos após a compra e a mercadoria não transita fisicamente pelo estoque da Controlada Be8. **h. Prestação de serviços:** Industrialização por meio de serviço de esmagamento de grãos, serviços de armazenagem de grãos entre outros, sendo a receita de prestação de serviços reconhecida em momento específico no tempo, que é o momento da prestação do serviço. **i. Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização. As principais receitas financeiras do Grupo são receitas de juros, variações cambiais positivas e ganhos com instrumentos financeiros derivativos. **8.17 Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período de benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados a valor justo, a subvenção governamental é reconhecida como receita diferida, no passivo, e lançada no resultado em base sistemática e racional ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. **8.18 Capital social:** A estrutura societária atual é composta por 100% das ações pertencentes ao acionista controlador, em sua pessoa física. **8.19 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um Passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25% do lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202, da Lei nº 6.404/1976) somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **8.20 Arrendamentos:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **(v) Como arrendatário:** O Grupo avalia seus contratos de arrendamento, analisando taxa de juros, prazos, valor dos bens arrendados e a intenção de compra ao final do contrato. Os contratos cujos prazos são iguais ou inferiores a 12 meses, ou ainda, ativos classificados como de baixo valor, são reconhecidos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos, quando aplicável. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remunerações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É mensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento com essa mesma nomenclatura no balanço patrimonial. **(vi) Como arrendador:** A Controlada Be8 S.A. possui propriedades para investimento (nota explicativa 17), e recebe arrendamentos mensais conforme cronogramas contratuais. As receitas de arrendamento são contabilizadas em bases lineares no resultado do exercício e apresentadas na rubrica de "Outras receitas e despesas operacionais, líquidas" no resultado do período. **9. Normas novas ou revisadas:** As seguintes normas são efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2024: **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1):** A IAS 1 exige que uma empresa classifique a dívida como não circulante somente se a empresa puder evitar a liquidação da dívida nos 12 meses após a data do relatório. Por exemplo, uma empresa pode ter uma dívida de longo prazo que pode ser reembolsada em 12 meses, se a empresa não cumprir com os Covenants nesse mesmo período. As mudanças implementadas na IAS 1 especificam que as cláusulas restritivas a serem cumpridas após a data do balanço não afetam a classificação da dívida como circulante ou não circulante na data do balanço. Em vez disso, as modificações exigem que uma empresa divulgue as informações sobre essas cláusulas restritivas nas notas nas demonstrações financeiras. Com base na avaliação da Administração, em 31/12/24, não houve impactos na classificação dos passivos circulantes e não circulantes com covenants do Grupo em decorrência da norma revisada. **Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7):** As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Com base na avaliação efetuada pela Administração, as operações de risco sacado praticados pelo Grupo e divulgadas na nota 21, estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras. Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2024. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **a) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º/01/2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional redefinido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros" **b) Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: • Ausência de convertibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7). **10. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos:** **a) Contexto geral:** O Conselho de Administração da Controlada Be8 S.A. tem a responsabilidade global de determinar os objetivos e políticas de gestão de risco da Companhia. O objetivo geral é estabelecer políticas que visam reduzir o risco ao máximo, sem afetar indevidamente a competitividade

de e flexibilidade da Companhia. A Controlada Be8 S.A. mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações, que atendem aos critérios de reconhecimento, estão integralmente reconhecidas na contabilidade. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para a proteção das margens operacionais da Controlada. Os saldos de instrumentos financeiros estão classificados conforme a seguir:

Ativo	Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e bancos	11	-	2	82.202	170.224
Instrumentos financeiros derivativos	11(h)	-	-	57.252	45.020
Aplicações financeiras	11	6.308	13.530	723.945	862.070
Adiantamentos a fornecedores			1	89.814	32.788
Outras contas a receber		162	114	133.313	125.104
Contas a receber clientes	12	42	274	423.242	462.769
Aplicações financeiras vinculadas			-	122.539	43.088
Outras contas a receber de longo prazo		4	9	4.933	12.886
Dividendos a receber		36.602	-	-	-
Juros sobre o capital próprio a receber		7.451	-	-	-
Total ativo financeiro		50.569	13.930	1.637.240	1.753.949

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	11(h)	-	-	(62.223)	(60.077)
Fornecedores	21	(80)	(44)	(1.280.298)	(986.161)
Adiantamento de clientes		-	-	(12.098)	(32.328)
Mensalidade antecipada		-	-	(15.668)	(8.406)
Contas a pagar pela aquisição de controlada	21	-	-	(9.593)	(12.704)
Passivos de arrendamento		-	-	(27.870)	(39.191)
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	(1.034.187)	(1.474.248)
Dividendos a pagar		(7.451)	-	(7.451)	-
Outras contas a pagar		(416)	(416)	(174.408)	(104.404)
Total passivo financeiro		(7.947)	(460)	(2.623.796)	(2.717.519)
Resultado líquido		42.622	13.470	(966.556)	(963.570)

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros do Grupo, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota. O Grupo está exposto, em virtude de suas operações, aos seguintes riscos financeiros: • Risco de preço das *commodities*. • Risco de taxas de câmbio. • Risco de taxas de juros. • Risco de crédito. • Risco de liquidez. • Risco de capital. Em suas atividades, o Grupo está sujeito a riscos de mercado relacionados à variação cambial do dólar americano bem como do preço de algumas *commodities*. Com o objetivo de mitigar esses riscos, o Grupo dispõe de uma política de gestão de risco de mercado aprovada pelo Conselho de Administração devidamente implementada e em plena execução, dentro da qual está prevista utilização de instrumentos financeiros derivativos. **b) Risco à variação de preço de *commodities*:** Trata-se do risco de que alterações no preço de algumas *commodities* como a soja, óleo degomado e o farelo de soja, possam gerar algum prejuízo para a Controlada Be8. Essa exposição decorre de algumas operações relacionadas à compra e venda dessas *commodities*. Estas operações são negociadas com referência em preços das *commodities* cotados no mercado futuro, determinadas pela bolsa *Chicago Board of Trade* (CBOT). As operações estão relacionadas à exposição da produção da Companhia, de modo que toda operação tem seu lastro em produto físico. A Controlada contratou operações de derivativos de *commodities* para fixar o preço de parte do custo de produção da próxima safra. Sobre a posição de matéria-prima a fixar, cujo estoque tenha sido realizado, são realizadas operações a termo de *commodities*. Como forma de proteger-se da variação no preço do óleo degomado de soja, que é a matéria-prima para produção do biodiesel, a Controlada procedeu à compra de contratos futuros de óleo de soja, com entrega física. Sobre as compras de soja em grão, a Controlada tem como política, fixar simultaneamente com *trading* ou a termo em CBOT, a quantidade de farelo e óleo de soja a ser produzido pela Controlada. **Controlada - Be8 S.A.**

Operação	Soja		Farelo de soja		Óleo degomado		Total	
	Milhares	Milhares	Milhares	Milhares	Milhares	Milhares	Milhares	Milhares
	Tonelada	Tonelada	Tonelada	Tonelada	Tonelada	Tonelada	Tonelada	Tonelada
Venda	-	(8.935)	(17.752)	(9.619)	(70.464)	(18.554)	(88.216)	(88.216)
A fixar	-	(145.350)	(306.259)	3.163	11.055	(142.187)	(295.204)	(295.204)
Contratos de compra	72.315	170.744	-	-	7.985	49.871	80.300	220.615
Estoque físico	34.481	79.295	19.822	36.187	22.481	132.904	76.784	248.386
Chicago Board Of Trade (176.029)	(414.875)	154.314	281.720	(14.508)	(83.768)	(36.223)	(216.923)	(216.923)
Exposição (69.233)	(164.836)	19.851	(6.104)	9.502	39.598	(39.880)	(131.342)	(131.342)

Operação	Soja		Farelo de soja		Óleo degomado		Total	
	Milhares	Milhares	Milhares	Milhares	Milhares	Milhares	Milhares	Milhares
	Tonelada	Tonelada	Tonelada	Tonelada	Tonelada	Tonelada	Tonelada	Tonelada
Venda	-	(1.623)	(3.707)	-	-	(1.623)	(3.707)	(3.707)
A fixar	(38.197)	(93.899)	(39.450)	(88.878)	(17.684)	(75.782)	(93.331)	(258.559)
Contratos de compra	-	-	28.741	67.465	13.656	60.311	42.397	127.776
Estoque físico	27.321	67.163	18.728	43.017	5.684	25.107	51.733	135.287
Chicago Board Of Trade (44.997)	109.387	(5.897)	(13.544)	(16.523)	(74.049)	22.077	21.794	21.794
Exposição 33.621	82.651	499	4.353	(14.867)	(64.413)	19.253	22.591	22.591

A Controlada Be8 S.A. possui também operações de derivativos em *commodities* no *Chicago Board Of Trade* (CBOT), tais como: farelo, óleo e soja. Para a apuração do valor justo foi estimado o valor presente utilizando-se de uma metodologia comumente empregada pelos participantes do mercado. Essa metodologia baseia-se na estimativa do valor presente dos pagamentos por meio da utilização de curvas de mercado divulgadas pela B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão). A Controlada Be8 S.A. efetua análises de sensibilidade, refletidas em seus cenários de simulação para *commodities*. No realista, utilizou os preços das *commodities* em 31/12/24 e sobre estes preços acrescentou/reduziu 5%, 10% e 15%, formando os outros três cenários. Tais cenários representam mudanças no risco de preço das *commodities* que na avaliação da Administração são variações razoavelmente possíveis:

Operação	Risco	(-) 15%		(-) 10%		(-) 5%		Realista		5%		10%		15%	
NDF Dólar	Cotação do dólar	4,42	4,68	4,94	5,20	5,46	5,72	5,98							

→ continuação Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ECB Holding S.A.

	Controladora		Consolidado		Em 01/01/2023	Terrenos	Edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Direito de uso (i)	Obras em andamento	Consolidado
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23								
Contas a receber												
Instituto Educacional de Passo Fundo IE Ltda.			25									
Be8 S.A.	42	274	42	274								
Contas a pagar												
ECB Gestão de Ativos Ltda.			(65)	(62)								
As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em 30 e 60 dias. Não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas. As transações apresentadas acima foram realizadas em condições específicas negociadas entre as partes, considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos, não comparáveis a operações com terceiros não relacionados. d) Remuneração ao pessoal-chave da administração: Durante o exercício de 2024 a Controladora efetuou distribuição a título de dividendos a seu sócio no montante de R\$ 80.300 (Em 2023, R\$ 51.000). Em 2024 a Controladora remunerou seu sócio a título de Juros de Capital Próprio em R\$ 22.592. O pessoal-chave da administração do grupo inclui os diretores e os conselheiros. O valor está demonstrado conforme quadro abaixo:												
Remuneração do Conselho		2.503		2.061								
Remuneração da Diretoria estatutária		11.760		6.791								
Participação nos resultados		6.344										
Incentivos de longo prazo		2.895										
		23.502		8.852								

(i) O grupo de direito de uso trata-se de direito de uso dos contratos de arrendamento de hardwares, aeronave e locação de sala comercial. (ii) As transferências ocorrem da rubrica "Obras em andamento" para o respectivo grupo de imobilizados e intangíveis após a conclusão de que o bem está pronto para uso, e está no local e condições operacionais pretendidos pela Administração. (iii) Em 2023, a Companhia adquiriu também o Complexo La Paloma, no Paraguai. (iv) A Companhia capitaliza os juros de empréstimos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de ativo qualificável como parte do custo. A taxa média de juros ao ano em 2024 foi de 13,89% a.a. O Grupo avalia anualmente, no mínimo, a existência de indicadores de impairment ou de que a vida útil dos bens possa ter se alterado de forma relevante. Ao final dos exercícios findos em 31/12/24 e 2023, não foram identificados indicadores de impairment com relação aos ativos imobilizados, bem como não houve alteração na vida útil dos ativos, tanto na controladora como no consolidado. As taxas de depreciação são calculadas pelo método linear e são calculadas de acordo com a vida útil de cada bem. No quadro abaixo apresentamos a vida útil esperada por grupo de contas, para ambos os períodos apresentados:

	Controladora e Consolidado		Total
	31/12/24	31/12/23	
Edificações			
Veículos e máquinas			
Móveis e utensílios e equipamentos			
Direito de uso			
19. Intangível:			
Em 01/01/23			
Saldo inicial			
Aquisições			
Alienação			
Transferências			
Aquisição			
Amortização			
Saldo contábil líquido em 31/12/23			
Amortização acumulada			
Saldo contábil, líquido em 31/12/23			
Em 01/01/24			
Saldo inicial			
Baixas			
Alienação			
Transferências			
Aquisição			
Amortização			
Saldo contábil líquido em 31/12/24			
Custo			
Amortização acumulada			
Saldo contábil, líquido em 31/12/24			

	Instituto Educacional de Passo Fundo IE Ltda. (não controlada)		Total
	Be8 S.A.	Fundo IE Ltda.	
Investimento em 31/12/23	342.513	4.227	347.789
Resultado da equivalência patrimonial	477.037	(2.610)	474.421
Integralização de capital		2.510	2.780
Distribuição de JCP ou Dividendos	(137.843)		(137.842)
Adiantamento para futuro Aumento de Capital (AFAC)		(100)	(370)
Ajuste acumulado de conversão	35.499		35.499
Ajuste de avaliação patrimonial	(15.251)		(15.251)
Investimento em 31/12/24	701.955	4.027	707.026

	Instituto Educacional de Passo Fundo IE Ltda. (não controlada)		Total
	Be8 S.A.	Fundo IE Ltda.	
Investimento em 31/12/22	405.303	2.344	407.646
Resultado da equivalência patrimonial	16.239	(4.167)	12.072
Integralização de capital		7.150	7.930
Distribuição de JCP ou Dividendos	(69.000)		(69.000)
Adiantamento para futuro Aumento de Capital (AFAC)		(1.100)	(830)
Ajuste acumulado de conversão	(5.502)		(5.502)
Ajuste de avaliação patrimonial	(4.527)		(4.527)
Investimento em 31/12/23	342.513	4.227	347.789

(ii) **Informações financeiras resumidas das controladas**
Saldos em 31/12/24:

	Instituto Educacional de Passo Fundo IE Ltda.		Total
	Be8 S.A.	Fundo IE Ltda.	
Participação acionária em %	100%	100%	
Ativo circulante	2.516.851	15.854	2.532.705
Ativo não circulante	201.976	5.371	207.347
Passivo circulante	2.100.219	17.111	2.117.330
Passivo não circulante	611.313	88	611.401
Patrimônio líquido	701.955	4.026	705.981
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	477.037	(2.610)	474.421

Saldos em 31/12/23:

	Instituto Educacional de Passo Fundo IE Ltda.		Total
	Be8 S.A.	Fundo IE Ltda.	
Participação acionária em %	100%	100%	
Ativo circulante	2.389.297	9.583	2.398.880
Ativo não circulante	720.483	4.421	724.904
Passivo circulante	2.200.786	9.674	2.210.460
Passivo não circulante	566.477	103	566.580
Patrimônio líquido	342.513	4.227	346.740
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	16.239	(4.167)	12.072

17. Propriedades para investimento: Os ativos classificados como propriedades para investimento referem-se a terrenos e edificações, os quais serão mantidos pela Controlada Be8 S.A. para obter renda e para valorização do capital. Com a posse efetiva das propriedades, a Controlada Be8 S.A. passa a classificar os ativos como propriedades para investimento, optando pela metodologia de mensuração pelo seu valor justo. **a) Mensuração do valor justo:** Para determinação do valor justo foi contratada uma empresa terceirizada especializada. No laudo elaborado pelos especialistas contratados foram utilizados os seguintes métodos para avaliação, de forma isolada: **Terrenos:** Método direto Comparativo de Dados de Mercado, devido existência de mercado imobiliário local, ofertas, compras e vendas de imóveis assemelhados para a devida comparação através de tratamento estatístico dos dados de mercado. **Edifícios e benfeitorias:** Método da Quantificação de Custo de Benefeitorias, levando em consideração as características das obras civis, utilizando orçamentos de construções semelhantes atualizando seus valores. Para demais equipamentos alocados nos edifícios foi utilizado o método de Custo de Reposição destes equipamentos. **b) Conciliação do valor contábil:** O saldo da conta é apresentado na movimentação abaixo:

	31/12/24		31/12/23	
	Be8 S.A.	Fundo IE Ltda.	Be8 S.A.	Fundo IE Ltda.
Saldo inicial	23.919	42.062	23.919	42.062
(-) Alienações				
(-) Reversões a valor justo				
(+) Ajuste a valor justo	2.706	(5.136)	2.706	(5.136)
Saldo contábil, líquido	26.625	23.919	26.625	23.919

A Controlada Be8 S.A. efetuou a venda de sete propriedades para investimento em 31/12/23, totalizando R\$ 28.650, sendo que este montante foi reconhecido no resultado do exercício daquele ano em "outras receitas operacionais". O saldo a ser recebido desta transação está contabilizado na rubrica de "outras contas a receber" no balanço patrimonial consolidado e corresponde ao valor atualizado de R\$10.900 em 31/12/24 (R\$ 17.100 em 31/12/23).

Imóveis	Data da Venda		Parcelas	Data de vencimento	Pagamentos 2023	Pagamentos 2024
	venda	venda				
Imóvel 1	29/09/2023	6.600	1.800	30/10/2023	1.800	-
			600	30/11/2023	600	-
			2.100	31/10/2024	-	2.100
			2.100	31/10/2025	-	-
Imóvel 2	29/09/2023	1.000	300	29/09/2023	300	-
			250	30/06/2024	-	250
			250	31/10/2024	-	250
			200	31/10/2025	-	-
Imóvel 3	29/09/2023	3.000	900	29/09/2023	900	-
			750	30/06/2024	-	750
			750	31/10/2024	-	750
			600	31/10/2025	-	-
Imóvel 4	29/09/2023	850	850	29/12/2023	850	-
			1.000	31/10/2023	1.000	-
			2.500	30/05/2024	1.400	1.100
			2.500	30/05/2025	-	-
Imóvel 5	31/10/2023	8.500	2.500	30/05/2026	-	-
			2.500	30/05/2026	-	-
			2.700	29/12/2023	2.700	-
			2.000	29/09/2023	2.000	-
Imóvel 6	29/09/2023	2.700	1.000	15/01/2024	-	1.000
			1.000	15/09/2024	-	-
			1.000	15/01/2025	-	-
			1.000	15/09/2025	-	-
Total		28.650			11.550	6.200

(i) Com relação a parcela com vencimento em 15/09/2024, a mesma está em renegociação junto a contraparte. Será liquidada mediante carta de crédito. Não há risco de perda do recebível, conforme avaliação efetuada pela Companhia. **c. Valores reconhecidos no resultado:** A receita de aluguel reconhecida pela Controlada Be8 no período findo em 31/12/24 foi de R\$ 701 na controladora (R\$ 1.867 em 31/12/23) e foi incluída em outras receitas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

	Controladora		Total
	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	
Em 01/01/2023			
Saldo inicial	1.452	40	1.492
Aquisições	208	22	230
Alienações	(32)	-	(32)
Baixa depreciação e alienação	-	-	-
Transferências (ii)	-	-	-
Depreciação	(214)	(16)	(230)
Saldo contábil, líquido	1.417	46	1.464
Em 31/12/23			
Custo	1.807	103	1.910
Depreciação acumulada	(389)	(57)	(446)
Saldo contábil, líquido em 31/12/23	1.417	46	1.464
Em 01/01/2024			
Saldo inicial	1.807	103	1.910
Aquisições	1.256	36	1.292
Alienações	-	-	-
Baixa depreciação e alienação	-	-	-
Transferências (ii)	-	-	-
Depreciação	(356)	(18)	(374)
Saldo contábil, líquido	2.706	121	2.828
Em 31/12/24			
Custo	3.062	139	3.201
Depreciação acumulada	(745)	(74)	(819)
Saldo contábil, líquido em 31/12/24	2.317	64	2.382

(i) O grupo de direito de uso trata-se de direito de uso dos contratos de arrendamento de hardwares, aeronave e locação de sala comercial. (ii) As transferências ocorrem da rubrica "Obras em andamento" para o respectivo grupo de imobilizados e intangíveis após a conclusão de que o bem está pronto para uso, e está no local e condições operacionais pretendidos pela Administração. (iii) Em 2023, a Companhia adquiriu também o Complexo La Paloma, no Paraguai. (iv) A Companhia capitaliza os juros de empréstimos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de ativo qualificável como parte do custo. A taxa média de juros ao ano em 2024 foi de 13,89% a.a. O Grupo avalia anualmente, no mínimo, a existência de indicadores de impairment ou de que a vida útil dos bens possa ter se alterado de forma relevante. Ao final dos exercícios findos em 31/12/24 e 2023, não foram identificados indicadores de impairment com relação aos ativos imobilizados, bem como não houve alteração na vida útil dos ativos, tanto na controladora como no consolidado. As taxas de depreciação são calculadas pelo método linear e são calculadas de acordo com a vida útil de cada bem. No quadro abaixo apresentamos a vida útil esperada por grupo de contas, para ambos os períodos apresentados:

	Controladora		Total
	Programas de computador	Marcas e Patentes	
Em 01/01/23			
Saldo inicial	659	62	721
Baixas	-	-	-
Alienação	-	-	-
Transferências	-	-	-
Aquisição	327	-	327
Amortização	(191)	-	(191)
Saldo contábil líquido em 31/12/23	795	62	857
Custo	1.050	62	1.112
Amortização acumulada	(255)	-	(255)
Saldo contábil, líquido em 31/12/23	795	62	857
Em 01/01/24			
Saldo inicial	795	62	857
Baixas	-	-	-
Alienação	-	-	-
Transferências	-	-	-
Aquisição	50	-	50
Amortização	(220)	-	(220)
Saldo contábil líquido em 31/12/24	626	62	688
Custo	1.101	62	1.163
Amortização acumulada	(475)	-	(475)
Saldo contábil, líquido em 31/12/24	626	62	688

A vida útil esperada é de 5 anos para a amortização dos programas de computador (software). **Testes do ágio para verificação de impairment:** A Controlada Be8 S.A. avalia anualmente a expectativa de recuperação do valor contábil do ágio em suas Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Atualmente, a Controlada possui três UGC conforme demonstradas abaixo:

	Programas de computador		Fundo de Comércio		Cartões e Marcas e Patentes		Total
	Ágio	de com-putador	de Co-mércio	Clientes	Marcas e patentes	Patentes	
Em 01/01/23							
Saldo inicial	49.439	7.268	1.093	9.922	2.666	7	70.389
Aquisição	-	763	-	-	-	7	770
Transferências	-	1.832	-	-	-	-	1.832
Baixas	-	4	-	-	-	-	4
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	(3.308)	-	-	-	-	(3.308)
Aquisição Complexo La Paloma	8.424	10	-	-	-	-	8.434
Ajustes acumulados de conversão	2.888	-	-	(498)	(130)	-	2.260
Saldo contábil líquido em 31/12/23	60.751	6.387	1.093	9.424	2.543	7	80.198
Saldo inicial	60.751	6.387	1.093	9.424	2.543	7	80.198
Aquisição	-	2	-	-	-	-	2
Transferências	-	384	-	-	-	-	384
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	50	-	-	-	-	50
Amortização	-	(2.112)	-	-	-	-	(2.112)
Ajustes acumulados de conversão	2.750	-	-	3.772	985	-	7.507
Saldo contábil líquido em 31/12/24	63.501	4.711	1.093	13.196	3.528	7	86.029

→ continuação

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ECB Holding S.A.

Natureza	Trabalhistas			Provisão de contingências judiciais	(-) Dólar	Provisão de contingências líquida
	Cíveis	Trabalhistas	Trânsito			
Saldo em 01/01/24	129	2.740	1.093	49	4.012	3.704
(+/-) Provisões/ (Reversões)	63	(720)	119	-	(539)	30
(-) Atualização	-	1.000	-	-	1.000	(10)
Saldo em 31/12/24	192	3.020	1.212	49	4.473	(288)
Natureza dos processos Trabalhistas: O Grupo possui, em 31/12/24 e 31/12/23, processos trabalhistas de risco provável, dos quais, os que possuem maior relevância no saldo apresentado, na sua grande maioria, são solicitações de equiparação salarial, horas extras, adicional de insalubridade e periculosidade. Para garantir que o saldo apresentado seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas é feito um acompanhamento mensal de cada processo pelos assessores jurídicos da Companhia. Trânsito: Os processos de Trânsito são derivados de multas que, quando possuem fundamento para recurso, são submetidos pela área jurídica. Os valores mais expressivos são multas derivadas de cargas com excesso de peso, embarcar produtos perigosos sem documentação exigida, ou com frete mínimo. Quando o recurso é indeferido, prossegue-se então para o pagamento da referida guia e a baixa da provisão. Tributários: Os processos tributários são decorrentes de manifestações de inconformidade provenientes de ressarcimentos de créditos já arquivados, e que possuem risco de notificação de devolução a Fazenda. b) Riscos Possíveis: O Grupo também é parte em processos administrativos e judiciais que, na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, apresentam riscos possíveis, os quais não foram provisionados e totalizam, no consolidado, R\$ 502.935 (R\$ 458.147 em 31/12/23), classificados nas seguintes naturezas:						
Consolidado						
Tributário				499.099	447.110	
Trabalhista				1.899	6.607	
Cíveis				1.901	4.416	
Trânsito				36	14	
				<u>502.935</u>	<u>458.147</u>	
No âmbito tributário, na esfera administrativa, o montante é composto de ICMS (R\$ 338.480), PIS e COFINS (R\$ 113.032) e outros (R\$ 47.587), no consolidado. Em geral os passivos contingentes tributários são decorrentes de discussões sobre interpretações da legislação quanto a tomada de créditos fiscais, as quais a Companhia já apresentou seus manifestos de inconformidade junto às autoridades fiscais. Estes processos são defendidos por seus assessores jurídicos, nos quais espera-se obter uma decisão favorável ainda no âmbito administrativo, conforme experiências em casos similares. Trabalhistas: As reclamações trabalhistas são referente a horas extras, intervalos intrajornadas, danos morais, equiparação salarial e honorários. Quanto ao andamento dos processos, alguns foram contestados e aguardam a realização de audiência, outros foram realizadas ou agendadas as perícias. Tributário: No âmbito tributário, os principais processos classificados como risco possível são (i) processo no âmbito estadual, decorrente de Auto de Lançamento do Estado do RS, lavrado para exigir créditos tributários de ICMS, oriundos de empresa sucedida e (ii) Auto de Lançamento (AL) emitido em abril de 2022 pelo Estado do RS, com alegação de apropriação indevida de créditos fiscais de ICMS durante o período de abril de 2017 a dezembro de 2021. Os créditos destacados no AL se referem a operações interestaduais, nas quais a Controladora Be8 adquire mercadorias de fornecedores localizados em outras unidades da federação com destaque de ICMS e posteriormente revende com diferimento dentro do estado do Rio Grande do Sul. A Controladora Be8 entende não haver irregularidade sobre tais operações. Demais processos são referentes à solicitação de ressarcimento de PIS/COFINS com base em manifestações de inconformidade contra decisões que indeferiram pedidos de ressarcimentos dos anos de 2010 até 2016 e um referente ao ano de 2019. Também contemplam (i) auto de infração lavrado por suposta falha de fornecedor na emissão de notas fiscais do período de outubro de 2018 até março de 2020 com saída para estabelecimentos em estado diverso, nos quais a Controladora Be8 foi considerada parte solidária na autuação; (ii) manifestação de inconformidade contra despacho decisório que homologou parcialmente a compensação declarada pela sucedida com créditos vinculados a receita de exportação apurados em 2013; e (iii) também homologação de crédito oriundo de valores pagos a maior da Contribuição Previdenciária Patronal sobre avais. Cível: O Grupo possui processos cíveis com risco possível que referem-se a ações indenizatórias e ações de desapropriação. c) Ativos contingentes: Com relação às ações que ainda não transitaram em julgado, estes potenciais ativos são considerados como contingentes e não são reconhecidos até que sua probabilidade de materialização seja líquida e certa. Atualmente, não há ativos contingentes relevantes com ganho provável para o Grupo. 23. IR e CS corrente e diferidos: a) Despesa de IR e CS: A seguir é apresentada a composição das principais adições e exclusões que afetam o cálculo dos impostos sobre o lucro.						
Consolidado						
				31/12/24	31/12/23	
Alíquota fiscal combinada				468.592	8.450	27.363
Despesa de tributos à alíquota nominal				(159.321)	(2.866)	(135.882)
(Adições) Excluições permanentes				-	-	-
Multas				(2)	(2)	(11)
Doações				-	-	(578)
Prejuízo fiscal constituído do período corrente				-	-	64.512
Prejuízo fiscal no qual não foi constituído ativo fiscal diferido do ano corrente				-	-	(41.779)
Incentivos fiscais - subvenção				-	-	141.866
Reserva Incentivos fiscais (i)				-	-	(33.487)
PAT e incentivos fiscais				-	-	325
Venda de CBIOS				-	-	7.009
Outras excluições (Adições)				(2.001)	(1.250)	(7.447)
Incentivos de longo prazo - LLP				-	-	(3.932)
Mais-valia decorrentes de eventos societários e incorporações				-	-	(2.654)
Complemento IRPJ extemporâneo				-	-	7.970
Constituição (reversão) de IR/CS diferidos ativos				-	-	2.655
Lei do Bem				-	-	11.372
Juro sobre capital próprio				-	-	7.681
Subvenções CBIOS				-	-	26.185
Resultado de equivalência patrimonial				161.303	4.104	-
				(21)	(21)	68.914
IR e CS - correntes				-	-	(4.179)
IR e CS diferidos				(21)	(21)	73.093
				(21)	(21)	68.914
Alíquota efetiva				0,00%	0,25%	17,24%
						69,20%
Composição do IR e CS diferidos: Os saldos de IRPJ e CSLL diferidos líquidos apresentam-se como segue:						
Controladora						
				31/12/24	31/12/23	
Outras diferenças temporárias				48.131	13.946	
Prejuízos fiscais				94.210	29.699	
Mais-valia ativos imobilizados incorporação (i)				40.995	43.716	
Custo atribuído e mais-valia de ativos				(2.405)	(2.912)	
Combinação de negócios - Goodwill				(5.993)	(6.061)	
Outras excluições temporárias				(65.215)	(46.688)	
Mudança de vida útil			(72)	(51)	(4.548)	(5.296)
Passivos contingentes - incorporação (i)				(40.410)	(40.410)	
Compra vantajosa - incorporação (i)				-	(1.998)	(3.598)
						Saldo em 31/12/24
	Saldo líquido em 31/12/23	Reco-nhecido em resultado	Reco-nhecido no patrimônio líquido	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Ativação de 30% do prejuízo sobre o passivo diferido	29.698	64.512	-	94.210	94.210	-
Provisão ajuste a valor justo - fornecedores a fixar	780	(780)	-	-	-	-
Provisão para contingências Valor justo de propriedades para investimento	1.364	157	-	1.521	1.521	-
Ajuste ao valor realizável líquido dos estoques	(3.098)	(920)	-	(4.018)	-	(4.018)
Impairment de ativos financeiros e não financeiros	2.008	7.190	-	9.198	9.198	-
Direito de uso de ativos	(5.461)	(3.373)	-	(8.834)	-	(8.834)
Reavaliação imobilizado	-	-	-	-	-	-
CPC 01 - custo atribuído (ii)	(2.912)	490	-	(2.422)	-	(2.422)
Depreciação diferença de vida útil	(7.245)	2.069	-	(5.176)	-	(5.176)
Mais-valia - filial de Marialva	(532)	68	-	(464)	-	(464)
Mais-valia ativos imobilizados - incorporação (i)	43.716	(2.721)	-	40.995	40.995	-
Depreciação acelerada e dif. vida útil	(26.018)	(591)	-	(26.609)	-	(26.609)
Compra vantajosa - incorporação (i)	(6.348)	1.599	(576)	(5.325)	-	(5.325)
Goodwill	(5.529)	-	-	(5.529)	-	(5.529)
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	5.197	(8.497)	-	(3.300)	-	(3.300)
IRPJ e CSLL contingências PPA RP Bio	(40.410)	-	-	(40.410)	-	(40.410)
CBIOS - Subvenção e realização pela venda	(4.895)	4.894	-	(1)	-	(1)
Ganho de capital - alienação de investimentos	(788)	49	-	(739)	-	(739)
Provisão para perdas com adiantamentos	2.207	8.615	-	10.822	10.822	-
Provisão de remuneração a longo prazo	-	281	-	281	281	-
	(17.606)	73.042	7.280	62.716	181.912	(119.196)
Ativo (passivo) diferido, líquido		(72)	(51)	62.767	(17.604)	62.716
Ativo diferido, líquido		-	-	67.607	118	-
Passivo diferido, líquido		(72)	(51)	(4.840)	(17.722)	-
		(72)	(51)	62.767	(17.604)	-

b) Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos líquidos:

Natureza	Saldo líquido em 31/12/22		Reco-nhecido no patrimônio líquido		Saldo em 31/12/23	
	Valor	Ativo fiscal diferido	Valor	Ativo fiscal diferido	Valor	Passivo fiscal diferido
Ativação de 30% do prejuízo sobre o passivo diferido	34.719	(5.020)	-	-	29.699	29.699
Provisão ajuste a valor justo - fornecedores a fixar	24.715	(23.935)	-	-	780	780
Provisão para contingências Valor justo de propriedades para investimento	(3.906)	808	-	-	(3.098)	(3.098)
Ajuste ao valor realizável líquido dos estoques	6.494	(4.486)	-	-	2.008	2.008
Impairment de ativos financeiros e não financeiros	971	-	-	-	971	-
Direito de uso de ativos	(2.519)	(2.942)	-	-	(5.461)	-
Reavaliação imobilizado	-	-	-	-	-	-
CPC 01 - custo atribuído	(3.406)	494	-	-	(2.912)	(2.912)
Depreciação dif. vida útil	(8.404)	371	-	-	(8.033)	-
Mais-valia - filial de Marialva	(600)	68	-	-	(532)	-
CBIOS Valor justo	-	-	-	-	-	-
Mais-valia ativos imobilizados - incorporação (i)	46.437	(2.721)	-	-	43.716	43.716
Mais-valia ativos intangíveis - incorporação (i)	866	(866)	-	-	-	-
Depreciação acelerada e dif. vida útil	(26.674)	707	-	-	(25.967)	-
Compra vantajosa - incorporação (i)	(5.198)	1.599	(2.749)	-	(6.348)	-
Hedge accounting - outros resultados abrangentes	1.208	-	(1.519)	(311)	1.333	(1.644)
Goodwill	(5.529)	-	-	(5.529)	-	(5.529)
AVJ de instrumentos financeiros derivativos	(4.559)	9.756	-	-	5.197	5.283
IRPJ e CSLL contingências PPA RP Bio	(40.410)	-	-	-	(40.410)	-
CBIOS - Subvenção e realização pela venda	(16.417)	11.523	-	-	(4.894)	-
Provisão para perdas com adiantamentos	2.917	(190)	-	-	2.207	2.207
	1.377	(14.662)	(4.268)	(17.553)	87.361	(104.914)
Ativo (passivo) diferido, líquido		118			118	(17.671)
(i) Efeitos tributários provenientes da incorporação da R.P. Participações em Biocombustíveis S.A., ocorrida em 2021. (ii) A CS e o IR sobre o custo atribuído dos ativos imobilizados serão transferidos para o passivo circulante (imposto corrente) na medida da realização por depreciação, baixa ou provisão para redução ao valor recuperável dos componentes do ativo. A contrapartida desses tributos diferidos relacionados ao custo atribuído está registrada no patrimônio líquido. c) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos: O IR e a CS diferidos sobre o prejuízo fiscal foram constituídos ao nível que o Grupo espera recuperar em um futuro previsível, por meio de lucro tributável futuro disponível. Desta forma, não foram reconhecidos ativos diferidos sobre os montantes de prejuízos fiscais conforme abaixo:						
Controladora						
				31/12/24	31/12/23	
Efeito tributário				960.580	384.430	
Prejuízos fiscais acumulados				326.597	1.130.677	
24. Patrimônio líquido: a) Capital social e direito das ações: Em 31/12/24, o capital social da ECB Holding S.A. apresenta um montante de R\$ 127.020 (R\$ 127.020 em 2023) composto por 127.020 mil cotas de valor nominal de R\$ 1,00 (hum real). Durante o exercício de 2024 a Companhia distribuiu a seu acionista dividendos no valor de R\$ 80.300 (R\$ 48.000 em 2023) e juros sobre capital próprio o montante de R\$ 19.203. b) Reservas de lucros: Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, conforme previsto em estatuto e em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404-76. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A Companhia destinou, em dezembro de 2024, à reserva legal montante equivalente a R\$ 9.433 (R\$ 421 em 31/12/23). Reserva de retenção de lucros: Durante o exercício findo em 31/12/24, após as destinações do lucro líquido do exercício, bem como a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, o montante de R\$ 356.246 foi destinado a reserva de retenção de lucros, sendo que a respectiva reserva totalizou R\$ 608.614 em 31/12/24 (R\$ 252.368 em 31/12/23). c) Dividendos mínimos obrigatórios: O acionista é assegurado, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Abaixo segue o montante distribuído e pago no exercício findo em 31/12/24 e 31/12/23:						
Controladora						
				31/12/24	31/12/23	
Lucro líquido do exercício (Controladora)				468.571	8.429	468.571
Reserva legal (5%)				(9.433)	-	(9.433)
Base de cálculo para dividendos				459.138	8.429	459.138
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)				114.785	2.002	114.785
Dividendos declarados do saldo da reserva de retenção de lucros				-	-	45.998
Total de dividendos propostos pela Administração				80.300	48.000	80.300
Dividendos declarados e pagos no exercício				80.300	48.000	80.300
Dividendos declarados em anos anteriores e pagos no exercício				-	-	3.000
Total de dividendos pagos no exercício				80.300	51.000	80.300
Durante o exercício de 2024 a Controladora distribuiu juros sobre capital próprio o montante conforme demonstrado no quadro abaixo:						
Controladora						
				31/12/24	31/12/23	
Valor Bruto				22.592	-	22.592
IRRF				(3.389)	-	(3.389)
Valor Líquido				19.203	-	19.203
Do valor líquido de JSCP, foram pagos no exercício de 2024 R\$ 11.752 ficando um saldo de R\$ 7.451 a ser pago em 2025. d) Lucro por ação básico e diluído: O resultado por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos patrimoniais potenciais diluidores que devam ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído. Desta forma, não há diferenças entre o lucro básico por ação e lucro diluído por ação.						
Controladora						
				31/12/24	31/12/23	
Lucro líquido do período				468.571	8.429	468.571
Quantidade de ações (em milhares)				127.020	127.020	127.020
Lucro por ação (em milhares)				3,69	0,07	3,69
25. Receita líquida de vendas: O Grupo obtém suas receitas principalmente na venda de produção própria e operações de compra e venda de mercadorias, classificadas conforme o quadro abaixo:						
Controladora						
				31/12/24	31/12/23	
Venda de produtos				7.311.863	6.344.816	7.311.863
Revenda de mercadorias				935.946	1.350.857	935.946
Prestação de serviços				13.596	5.060	13.596
Deduções de vendas				(914.254)	(497.320)	(914.254)
				7.347.151	7.203.412	7.347.151
Abaixo está apresentada a receita líquida de vendas no mercado interno e no mercado externo:						
Controladora						
				31/12/24	31/12/23	
Receita líquida de vendas para o mercado interno				6.247.226	5.842.252	6.247.226
Receita líquida de vendas para o mercado externo				1.099.925	1.361.160	1.099.925
				7.347.151	7.203.412	7.347.151
A rubrica deduções de vendas possui a seguinte composição:						
Controladora						
				31/12/24	31/12/23	
Impostos sobre vendas				(629.076)	(436.852)	(629.076)
Ajuste a valor presente				(28.940)	(43.069)	(28.940)
Abatimentos, descontos e devoluções e comissões				(56.338)	(17.399)	(56.338)
				(914.254)	(497.320)	(914.254)
Abaixo apresentamos a receita líquida desagregada por seus principais produtos:						
Controladora						
				31/12/24	31/12/23	
Biodiesel				4.540.111	4.135.657	4.540.111
Farelo de soja				1.925.946	2.071.348	1.925.946
Óleo de soja degomado				35.623	205.108	35.623
Grão de soja				207.795	125.945	207.795
Glicerina				296.371	180.826	296.371
Cbios				12.215		

<p>→ continuação</p> <p>Por meio da transação, a Be8 adquiriu três novas unidades industriais anteriormente pertencentes ao Grupo Biopar, localizadas em Nova Marilândia, no estado do Mato Grosso, na cidade de Floriano, no Piauí e na cidade de Santo Antônio do Tauá, localizada no Pará, além do escritório administrativo em Cuiabá, no Mato Grosso. A operação esteve sujeita a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que emitiu o certificado de trânsito em julgado no dia 10/01/2025. No dia 14/01/2025, foi assinado o Termo de Fechamento da transação, sendo</p>		<p>Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ECB Holding S.A.</p> <p>que a partir desta data a Be8 S.A. assumiu o controle das operações. Com a efetivação da operação, a Controlada Be8 S.A. expandirá sua atuação para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, fortalecendo sua rede de distribuição, diversificando matérias-primas e a produção em diferentes geografias. Isso agrega 384,5 mil m³ à capacidade produtiva do Grupo que chega ao total de 1,46 milhão de m³. O preço de aquisição está estimado em aproximadamente R\$ 500.000, porém, ainda está sujeito a ajustes pós-fechamento conforme previsto em con-</p>		<p>trato. O pagamento será a prazo conforme condições negociadas entre as partes e previstas contratualmente. No contexto da aquisição, a Controlada Be8 está em processo de cálculo dos ajustes de preço pós-fechamento da operação, bem como está em processo de elaboração do laudo de alocação de preço de pago (<i>Purchase Price Allocation</i>) da aquisição, conforme requerido pelo CPC 15 - Combinações de negócios. Não foi possível, até a presente data, a conclusão do respectivo laudo.</p>	
<p>Diretoria</p> <p>Erasmoo Carlos Battistella Diretor Presidente</p>		<p>Carlos Augusto Reis Mostardeiro Diretor Vice-Presidente Administrativo Financeiro</p>		<p>Leandro Luiz Zat Diretor Administrativo</p>	
		<p>Contadora</p> <p>Maria Inês Vieiro RS-058127/O-3</p>			
<p>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p> <p>Aos Diretores e Acionista da ECB Holding S.A. - Passo Fundo - RS. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ECB Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da ECB Holding S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Subvenções governamentais: Veja notas 8.17 e 27 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Principal assunto de auditoria: Conforme divulgado nas notas explicativas 8.17 e 27, a Controlada Be8 S.A. possui incentivos fiscais estaduais, referentes ao ICMS, e incentivos fiscais federais referentes a PIS e COFINS, os quais são reconhecidos diretamente nos resultados operacionais. Esses incentivos fiscais são relativos (i) ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundos de créditos presumidos vinculados a programas de Incentivo nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná; (ii) crédito presumido de PIS e COFINS, conforme Lei nº 12.865/2013; (iii) crédito de PIS e COFINS proveniente do PRONAF, conforme Lei nº 11.116/05 e Decreto nº 5.297/04 e; (iv) reconhecimento de créditos de descarbonização CBIOS. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram reconhecidos os montantes de R\$ 437.479 mil e R\$ 341.352 mil referentes a incentivos estaduais e federais, respectivamente, nos resultados consolidados da Companhia. Nesse contexto, consideramos essa uma área de foco da nossa auditoria das demonstrações, em função da relevância dos valores dos benefícios fiscais, quando comparado com o resultado das operações. Como au-</p> <p>ditoria endereçou esse assunto: Os procedimentos de auditoria para as subvenções governamentais, incluíram entre outros, com auxílio de especialistas da área de impostos: • o entendimento e testes nos cálculos para apuração dos benefícios; • a análise da documentação para cumprimento das condições para fruição dos referidos incentivos fiscais; • a avaliação dos julgamentos e interpretações desenvolvidos pela administração com relação à legislação aplicável a cada incentivo; e • a verificação da razoabilidade das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores dos incentivos fiscais acima descritos registrados no resultado, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencio-</p> <p>nais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p>					
		<p>KPMG KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/F-7</p>		<p>Luis Claudio de Oliveira Guerreiro Contador CRC-RJ 093679/O-1</p>	

Jornal do Comércio

O CONTEÚDO QUE FAZ A DIFERENÇA NO SEU DIA A DIA.

Escaneie o QRCode e acesse o canal do JC



